



Partido Socialista/Açores
Grupo Parlamentar

Intervenção Final
Plano e Orçamento para 2015
Presidente do Grupo Parlamentar do PS Açores – Berto Messias

Sra. Presidente
Sras. e Srs. Deputados
Sr. Presidente do Governo
Senhoras e Senhores Membros do Governo
Açorianas e Açorianos

Terminamos agora o debate na generalidade do Plano e do Orçamento para o ano de 2015.

Sobre estas propostas, tivemos a oportunidade de, nas últimas semanas, desenvolver várias iniciativas para uma melhor análise e preparação dos debates que aqui tivemos.

Nesse âmbito, destaco as reuniões e encontros que promovemos com os vários parceiros sociais nos Açores.

Fizemo-lo cumprindo a tradição de concertação social e de diálogo que sempre pautou a acção do PS nos Açores e que deve pautar a acção de qualquer agente do sistema político.

Só assim faz sentido.

A estabilidade política é muito importante, desde que alicerçada num pressuposto de diálogo social permanente com os vários

parceiros e representantes dos sectores económicos e sociais da Região.

Hoje, mais do que nunca, ser parceiro social é algo que requer grande responsabilidade, quer na defesa dos interesses do sector que defendem, quer no papel activo que se exige nos contributos para mais e melhor desenvolvimento colectivo.

Desse ponto de vista, os parceiros sociais açorianos mostraram estar sintonizados com os problemas e principais preocupações da sociedade açoriana, bem como com as soluções para mitigar esses problemas, materializadas no Plano de Investimentos para 2015.

Com uma postura reivindicativa, mas sempre construtiva, demonstraram total disponibilidade para serem aliados do Governo dos Açores no combate à crise e no desenvolvimento da Região.

Seria interessante que vários partidos da oposição seguissem o exemplo dos parceiros sociais, na disponibilidade para participar activamente na construção do nosso futuro.

Sra. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

O Plano e Orçamento que apreciamos neste plenário confirmam que o Partido Socialista continua empenhado em desenvolver um projecto político consistente, em duas vertentes. Por um lado, no desenvolvimento de uma agenda política de resposta imediata aos impactos negativos da crise económica e social que infelizmente assola a Europa e o País e à qual a nossa Região não consegue escapar, e na amenização dos impactos nefastos da política de austeridade nacional com graves impactos no rendimento das famílias, no aumento de impostos e na actividade económica das empresas.

E a esse propósito é uma leviandade política dizer-se que as políticas do PS trouxeram os Açores para a maior crise de sempre da Autonomia, quando se é um grande co-responsável por esta situação enquanto apoiante entusiasta das políticas de Pedro Passos Coelho, como é o Presidente do PSD Açores.

Ao mesmo tempo desta agenda política de resposta imediata, desenvolvemos uma agenda estratégica, de médio prazo, que lança as bases para um novo ciclo de desenvolvimento da Região.

São assim propostas que aumentam o investimento público em 13%.

Que valorizam o emprego, a qualificação e a protecção social.

Que aumentam os programas de apoio à criação de emprego e ao fomento da empregabilidade.

Que defendem a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde.

Que aumentam a intensidade na estratégia de qualificação e educação que queremos e temos de continuar a melhorar.

Que mantêm os apoios sociais da Região como o complemento regional de pensão, o complemento regional ao abono de família ou o programa de apoio à aquisição de medicamentos.

As propostas em apreciação neste debate são, assim, mais um passo, na afirmação da Via Açoriana que apresentámos como projecto político aos eleitores nas últimas eleições legislativas regionais e que mereceram um amplo apoio popular.

Mas esse apoio expressivo não nos acomodou.

A maioria clara que os Açorianos deram ao PS nas últimas eleições confere-nos uma grande base social de apoio na implementação do Programa de Governo e de uma via açoriana de desenvolvimento.

Mas é sobretudo uma enorme responsabilidade que não serve de pretexto para evitar o diálogo, a convergência e a construção de compromissos sociais alargados.

Constituímos uma maioria exigente, mas dialogante.

Desta forma, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista aceitará propostas de vários Partidos da oposição, propostas daqueles que quiseram dialogar de forma genuína e responsável em defesa dos Açorianos e não daqueles, como o PSD Açores, que depois de um pré-anúncio de voto contra o Plano e Orçamento, insistem em não estar disponíveis para dialogar e apresentam um conjunto de ideias para ficar bem na fotografia, mas sem grande consistência política.

É, no mínimo, estranho que o PSD Açores se diga preocupado com o desemprego, mas não apresente uma única proposta de alteração sobre esta matéria.

E a este propósito, não deixa de ser curioso que este partido não reconheça a abertura do Partido Socialista para acolher propostas e contributos da oposição, quando na Assembleia da República, no Orçamento de Estado discutido recentemente, em quatrocentas propostas apresentadas pela oposição, a coligação de Governo liderada pelo PSD tenha aceite apenas uma única proposta.

Repito, em quatrocentas propostas de alteração, aceitaram apenas uma.

Mais uma contradição do actual PSD Açores.

Aliás, contradições e incoerências é o que mais temos visto por parte deste partido.

Em boa verdade, o PSD Açores é hoje o que se pode chamar de Partido das Contradições e da Maledicência.

Começemos pelas contradições:

Ao mesmo tempo que debatemos aqui o Plano e Orçamento para 2015 da Região Autónoma dos Açores, foi debatido e aprovado o Orçamento de Estado na Assembleia da República.

Aqui, num Plano e num Orçamento que aumenta o investimento público, que aumenta as dotações para o emprego, para a empregabilidade, para a competitividade empresarial, para as infra-estruturas sociais e que mantém os apoios sociais o PSD vota Contra.

Na República, num Orçamento de Estado que mantém a política de austeridade dos últimos anos, que mantém uma enorme carga fiscal sobre as famílias e sobre as empresas e que continua a política de cortes nos ordenados, nas pensões e nos rendimentos das famílias, o PSD Açores vota a favor.

Ou seja, o PSD é contra um bom orçamento para os Açores e é a favor de um mau Orçamento de Estado para o País e para a Região.

Mas pior do que isso, quer aqui na apreciação que a Comissão de Economia fez do Orçamento de Estado, quer na Assembleia da República, os deputados do PSD Açores votaram contra

propostas que defendiam questões muito importantes para a nossa Região.

Por exemplo:

Votaram contra o financiamento de um plano de revitalização económica para amenizar os impactos negativos económicos e sociais da redução norte-americana da Base das Lajes;

Votaram contra o reforço de financiamento da Universidade dos Açores para fazer face aos custos da tripolaridade desta instituição;

Voltaram a votar contra uma proposta para apoio do Governo da República aos prejuízos das intempéries de Março do ano passado;

E pior do que isso, votaram contra a proposta para a reposição das transferências do Estado para a Região, depois destas serem reduzidas em 67 Milhões de euros no ano de 2013;

Ou seja, há poucos minutos, vimos nesta tribuna o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD Açores afirmar-se como grande defensor dos Açores, mas os factos desmentem isso e

comprovam que o PSD nos Açores diz uma coisa e na Assembleia da República faz exactamente o seu contrário.

Caso para perguntar, porque é que o PSD Açores não teve a coragem dos Deputados do PSD Madeira que votaram contra o Orçamento de Estado em defesa da sua Região?

E sobre as alterações ao diferencial fiscal e à alegada vitória do PSD Açores nessa matéria, convém esclarecer alguns factos.

Como sabem, os impostos nos Açores eram inferiores 30% aos impostos pagos no resto do País.

O Memorando da Troika mandava que esse diferencial fosse reduzido.

Chegou a ser hipótese, no âmbito das negociações desse memorando, que esse diferencial deixasse de existir passando a ser zero, tal como aconteceu na Madeira.

Com base nisso, a proposta final foi que esse diferencial passasse de 30% para 20%.

Mas antes de a nova Lei das Finanças Regionais ser aprovada e de ficar consagrado este novo diferencial, o PS Açores

manifestou-se contra essa redução, tendo em conta a alteração drástica dos pressupostos iniciais.

O aumento brutal da carga fiscal sobre o consumo e sobre o rendimento, imposto pelo Governo da República do então Ministro Victor Gaspar, o facto de ter sido verificado que os Açores não necessitavam de qualquer ajustamento orçamental adicional ao contrário da Madeira ou o facto de o diferencial de taxas não ter tido qualquer impacto no equilíbrio das contas regionais, obrigavam a que o Governo da República e a Troika reconsiderassem as alterações ao diferencial fiscal e impedissem o aumento de impostos nos Açores.

Foi isso que defendemos na altura.

Infelizmente, o Governo da República não atendeu a esta reivindicação justa e equilibrada e propôs e aprovou a nova Lei das Finanças Regionais que consagrou a alteração do diferencial fiscal de 30 para 20%, ignorando a alteração drástica e evidente dos pressupostos iniciais e aumentando os impostos na Região.

Lamentamos que a teimosia e obstinação do Sr. Primeiro-Ministro tenha originado um aumento de impostos nos Açores durante este ano.

Em boa verdade, o PSD Açores tentou, com esta questão, reabilitar a imagem de Pedro Passos Coelho e encenar uma

suposta vitória política com a possível redução de impostos, numa tentativa de reescrever a história que os factos desmentem.

E a este propósito, é fundamental referir que nenhuma análise séria pode separar a questão da redução de impostos da reposição das transferências do Estado para a Região, pois isso condiciona fortemente o investimento público que conseguimos fazer e a nossa capacidade de garantir a comparticipação regional no aproveitamento total de fundos comunitários.

Defender uma coisa, sem defender a outra é apoiar o Governo da República em dar com uma mão e tirar com a outra e é isso que o PSD Açores fez sendo o único partido dos Açores, repito, o único partido dos Açores que quebrou o consenso entre todos e votou contra a reposição dessas transferências prejudicando, desta forma, a Região.

Sra. Presidente
Sras. e Srs. Deputados
Sr. Presidente do Governo
Sras. e Srs. Membros do Governo

Quanto à Maledicência, o combate político-partidário é sempre importante em democracia, mas a assertividade e a contundência não se podem confundir com debates estéreis e inconsequentes

ou com ataques pessoais que vão para além das discordâncias políticas.

Temos divergências programáticas e ideológicas com todos os partidos da oposição. É normal e saudável que assim seja. Mas isso nunca se pode sobrepor ao interesse colectivo, sobretudo no tempo de excepção que atravessamos.

Ao longo da semana foram vários os momentos em que o Partido Social Democrata, para disfarçar a sua incapacidade e falta de argumentação política, lançou ataques pessoais, insinuações, especulações insidiosas que não dignificam o debate político e que certamente envergonham as anteriores gerações de dirigentes Social-democratas.

Nós não participaremos nessa estratégia de descredibilização da actividade política.

Todos os agentes do sistema político tem a enorme responsabilidade de qualificar a democracia e de respeitar quem nos elegeu e é isso que se exige a todos.

Mas fica aqui o aviso ao PSD, essa baixa política e essa lógica de jogadas de bastidores clandestinas e de lançamento de boatos para atacar o Governo e o PS não nos condicionam e não nos encolhem.

Sra. Presidente
Sras. e Srs. Deputados
Sr. Presidente do Governo
Sras. e Srs. Membros do Governo

Muito trabalho foi feito, mas muito mais há para fazer.

Temos de redobrar o nosso empenho na valorização da nossa Região.

No aproveitamento dos nossos recursos naturais, na criação de bens de valor acrescentado que façam a diferença nos mercados internos e externos, onde o sector primário tem especial destaque.

Na gestão e aproveitamento dos nossos recursos marinhos, que são em primeira instância dos Açorianos e dos quais devemos ser os primeiros beneficiários.

Na consolidação de um projecto político onde o Estado Social e o acesso a um serviço de Saúde e de Educação de qualidade jamais poderá ser posto em causa.

Num projecto político onde a coesão territorial é central e onde o desenvolvimento só faz sentido se chegar a todas as Ilhas dos Açores.

Num trabalho que continuará a fazer o caminho de consolidação dos Açores enquanto destino turístico de referência, preparando-nos para os novos desafios que se aproximam com as novas

Obrigações de Serviço Público e com a liberalização do espaço aéreo.

Nas acessibilidades, onde o mercado interno e a facilitação da circulação de pessoas e bens entre as Ilhas dos Açores é cada vez mais relevante.

Num projecto político que assume como prioridade das prioridades a valorização do nosso capital humano, das pessoas, dos jovens, dos menos jovens, assumindo a sua qualificação e a sua educação como estratégia determinante para mais emprego e mais rendimentos e, conseqüentemente, para mais e melhor qualidade de vida.

É nisso que temos de estar focados.

E para isso contamos com o apoio e contributo de todos

Temos grandes desafios pela frente.

Desafios que encaramos sem receios e com grande lucidez, responsabilidade e ética.

Não escamoteamos os problemas, não negamos as dificuldades.

Estamos sintonizados com as preocupações dos nossos concidadãos.

Só com grande conhecimento da realidade conseguiremos determinar as soluções e o caminho para um futuro melhor.

Um caminho difícil, com grandes adversidades, que exige muito de todos nós.

Todos devem estar disponíveis para esse compromisso.

O compromisso da defesa da nossa Autonomia.

Uma Autonomia sustentável.

Uma Autonomia ao serviço dos cidadãos.

Que usa as nossas competências para garantir a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde e que se recusa a entregar a tutela deste serviço a Lisboa. Com o empenho e determinação dos profissionais de saúde da Região que todos os dias contribuem para essa sustentabilidade;

Uma Autonomia que garante uma rede de apoio social forte, do melhor que se faz na Europa, com a ajuda e apoio inestimável das nossas Instituições de Solidariedade Social e dos seus colaboradores;

Uma Autonomia esclarecida, que permite intensificar e aumentar a nossa aposta na qualificação e na educação, liderando uma plataforma de sinergias entre professores, pais e alunos para mais sucesso escolar.

Uma Autonomia que não se diminui numa posição meramente reivindicativa, mas uma Autonomia que acrescenta, que confere maior dimensão geopolítica e atlântica a Portugal;

Uma Autonomia que nunca deixará de defender intransigentemente os nossos interesses perante o Estado Português em questões como a defesa dos trabalhadores portugueses da Base das Lajes e a minimização dos impactos económicos e sociais da anunciada redução de contingente norte-americano, da garantia de meios aéreos de evacuações de emergência, de garantia de serviços do Estado condignos e com os meios adequados na Região, porque não somos portugueses de segunda.

Uma Autonomia forte, que conta com todos e que precisa de todos.

Fazêmo-lo com a determinação de sempre.

Com a inspiração das várias gerações de açorianas e açorianos que lutaram para que chegássemos até aqui.

Com a inspiração dos açorianos anónimos que todos os dias, nas suas casas, nas suas vidas, nos seus trabalhos ajudam a construir uma Região mais forte. Uma Região Melhor.

Com a inspiração dos Açorianos que reergueram Freguesias, Cidades e Ilhas depois de tragédias e catástrofes naturais.



Partido Socialista/Açores
Grupo Parlamentar

Com a inspiração de Açorianas e Açorianos que estão sempre disponíveis para elevar o nome da Região Autónoma dos Açores.

É por eles que estamos aqui e é com eles que vamos ganhar os desafios do futuro.

Disse.

Horta, Sala das Sessões.

28 de Novembro de 2014